

Terça-feira, 17 de Setembro de 2013

Ano XIX - Edição N.: 4395

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMDCA

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 05 DE AGOSTO DE 2013

No quinto dia do mês de agosto de dois mil e treze, no auditório da Casa dos Conselhos, situado à rua Eurita, 587, bairro Santa Tereza, foi realizada a sétima sessão plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH. Estiveram presentes: 06 (seis) conselheiros representantes do Executivo, 10 (dez) conselheiros representantes da sociedade civil, convidados, colaboradores, observadores e integrantes da Secretaria Executiva do CMDCA/BH. A conselheira Regina Helena Cunha Mendes justificou sua ausência por estar em período de férias. Às 14h20min horas, em primeira chamada, foi constituído o quórum de 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 6 (seis) governamentais e 10 (dez) representantes da sociedade civil. A presidente Márcia Cristina agradece a presença dos conselheiros, acolhe conselheiros novatos, colaboradores e visitantes. A sessão inicia com apresentação e aprovação da pauta. A conselheira Liziane Vasconcelos solicita acréscimo de ponto de pauta referente à representação de conselheiro das entidades Associação Unificada de Recuperação e Apoio-AURA e Instituto Ajudar no Conselho. A pauta fica aprovada por 16 (dezesesseis) votos favoráveis ficando constituída conforme segue descrição dos pontos. 1º PONTO: Aprovação de atas anteriores - A ata da Plenária Ordinária do dia 01 de julho de 2013 foi aprovada sem alteração por quinze votos favoráveis e uma abstenção e a ata da Plenária Extraordinária do dia 08 de julho de 2013, aprovada, sem alteração, por quatorze votos favoráveis e duas abstenções. 2º PONTO: Informes e Encaminhamentos - Márcia Cristina inicia apresentando os seguintes informes: a)- a Secretaria Municipal de Educação - SMED enviou resposta ao CMDCA referente ao PPAG; b)- o edital nº03/2013 do CONANDA 2013 foi prorrogado até dia 14/08/2013; c)- O CEDCA lança manifesto contrário à PEC83/2011 de autoria do Senador Clésio Andrade, que estabelece a maioria civil e penal para os 16 (dezesesseis) anos; a presidente leu o manifesto, Dr. Ananias Neves, vice-presidente do CEDCA falou sobre a importância de os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente manifestarem-se contrário à PEC, pois ela fere conquistas da sociedade como o ECA. Diz ainda que o CMDCA pode unir-se ao CEDCA para realizar uma Plenária Conjunta. A Promotora de Justiça, Dra. Maria de Lurdes, fala que o Ministério Público-MPMG promoverá debates públicos para discutir o assunto e nesse espaço deverá ter um demonstrativo para a população sobre o que é investido para medida socioeducativa. A Presidente Márcia Cristina comenta a necessidade de o CMDCA definir posição e diz que há proposta de realizar um seminário sobre o tema, com ação ampla e debates. A presidente diz que buscará parcerias, entre as quais o CEDCA e MPMG e diz que o CMDCA está planejando uma semana para comemorar o mês dos direitos da criança e do adolescente (outubro). A conselheira Cristiane propõe que os debates aconteçam nas regionais. Seguindo os informes, d)- Adriana Alberto do PAIR apresenta ao plenário informações sobre a semana de eventos voltados à criança e adolescente que acontecerão no Parque Municipal e as questões serão discutidas no GT criado no PAIR no qual o CMDCA é importante parceiro; e)- no dia 07/08 será o encontro dos conselheiros tutelares, com a participação de conselheiros de outras localidades; f)- dia 05/08, à noite no TJMG haverá uma palestra sobre "Justiça Restaurativa" e o CMDCA será representado; g)- A entidade Ordem Religiosa das Escolas Pias -ITAKA, lançou, no dia 03/08 a campanha "Imposto de Renda Solidário" e o CMDCA estava representado; h)- A conselheira Renilde Nassar informa que saiu o Chamamento Público (DOM-01/08) para ambientação para entidades de Acolhimento Institucional não conveniadas com a PBH; i)- reunião do Comitê da Copa na Cidade Administrativa no dia 06/08; j)- A Conselheira Maria Thereza informa sobre reunião fórum DCA, marcada para o dia 09/08, sexta na Casa dos Conselhos, informa ainda que no dia 13/08 acontecerá a reunião Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA, quando será apresentado as propostas do CMDCA ao PPAG 2014-2017. 3º PONTO: Recomposição das Comissões e Representações Externas - A conselheira Liziane, apresenta a recomposição das comissões conforme quadro anexo, cada coordenador de comissão informou sobre os dias e horários de cada reunião. Comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos: Secretaria Executiva: Maria Aparecida de Castro Alves / Onofre Andrade Santiago, Conselheiros: Maria Thereza Nunes Martins Fonseca (Secretaria Municipal de Políticas Sociais), Maria Aparecida Monteiro Oliveira (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação), Ludmilla Soares (Secretaria Municipal de Educação), João Francisco dos Reis (Escola de Esportes Visão da Vida), Regina Helena Cunha Mendes (ASSPROM) e Azarias Almir Martins (Inspetoria São João Bosco). Comissão de Registro de Entidades, Inscrição e Monitoramento de Programas Secretaria Executiva: Cira Sampaio / Maria Fernanda e Silva, Conselheiros: Otaviano Marta Gonçalves Pires (Secretaria Municipal de Educação), Adriana Veiga Aranha (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação), Adriano Silva Dias (Fundação Municipal de Cultura), Ana Christina Lamounier de Sá (Pró-Bem - Assessoria e Gestão Criança), Cidlene Castro de Souza (Associação Projeto Providência) e Élide Elizena Carneiro de Matos (Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana). Comissão de Políticas Sociais Básicas, Secretaria Executiva: Cira Sampaio e Maria Fernanda e Silva, Conselheiros: Zélia Vasconcelos (Secretaria Municipal

de Saúde), Secretaria Municipal de Finanças ainda sem representante, Veneranda Fúlvia de Simone Senesi (Secretaria Municipal de Governo), Ana Carla Costa Rocha (Ordem Religiosa das Escolas Pias - Padre Escolápios), Delor Celestino da Costa Júnior (Centro de Desenvolvimento Comunitário da Vila Leonina), Andrea Aparecida Nezio Paixão (Sindicato dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais MG Recivil; Comissão de Medidas de Proteção, Secretaria Executiva: Deborah Akerman e Tandê Saltarelli Martins, Conselheiros: Renilde Maria de O Mascarenhas Nassar (Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social), Karine Suelen Marques (Secretaria Municipal de Saúde), Petter de Figueiredo Gontijo (Secretaria Municipal de Esportes e Lazer), Karina Zanandrez Alves (Creche Dora Ribeiro), Heraldo Santos Dutra (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte APAE, Maria das Graças Nunes (Organização Educacional João XXIII. Comissão de Medidas Socioeducativas Secretaria Executiva: Larissa Junho Lima França, Conselheiros: Ademilton Aparecido de Araujo (Secretarias de Administração Regional Municipal), Maria do Rosário Trindade (Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Renata da Silva Daniel Caldeira (Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social), Laurinda Aparecida de Jesus (Associação Comunitária do Bairro Felicidade), Elizabeth Engert Milward de Almeida Leitão (Instituição Beneficente Martin Lutero), Sem indicação (Associação dos Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do BB), Comissão de Acompanhamento e Assessoria aos Conselhos Tutelares e de Garantia de Direitos Secretaria Executiva: Deborah Akerman e Tandê Saltarelli Martins, Conselheiros: Helyzabeth Kelen T Campos (Secretaria Municipal de Políticas Sociais), Nádia Sueli Costa Paula Alves (Secretarias de Administração Regional Municipal), Júlio Jader Costa (Fundação Municipal de Cultura), Liziane Vasconcelos Teixeira Lima (Associação Casa Novella), Cristiane Isabel Felipe (Instituto Missionário dos S. De Nossa Senhora Seminário Maior Padre Júlio Maria (Eleuza Andrade Veiga (Grupo de Desenvolvimento Comunitário GEDECOM). A conselheira Ludmila Soares questiona qual o critério para escolha dela na Comissão de Fundo e diz não entender sobre o assunto e gostaria de trocar. Márcia Cristina diz que a troca será tratada em reunião dos representantes governamentais. Cidlene Castro reclama a falta de café nas reuniões, comenta a ausência de posicionamento para retomada do serviço que foi suspenso desde o semestre passado e diz que, apesar insignificante, a reclamação está relacionada às condições de funcionamento do CMDCA. Márcia Cristina explica que o CMDCA não tem funcionário com função específica para os serviços da copa e esclarece que o café tem sido feito por quem se disponibiliza. A presidente propõe fazer levantamento do custo desse serviço e a necessidade da copeira para ser apresentado para a próxima plenária. Liziane prossegue a apresentação das representações externas do CMDCA conforme segue: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social: o titular não foi definido e suplente: João Francisco dos Reis; CME - Conselho Municipal de Educação: titular Ademilton Aparecido de Araújo e suplente, Laurinda Aparecida de Jesus; PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro: titular Helyzabeth Campos e suplente Veneranda Fúlvia de Simone; FEVCAMG - Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais: titular Delor Celestino e suplente Helyzabeth Campos; COMPETI - Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: titular Azarias Almir Martins e suplente Karina Zanandrez Alves; FECTIPA - Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador: titular Azarias Almir Martins e suplente Karina Zanandrez Alves; PPCAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: titular Maria Thereza Fonseca e suplente Maria do Rosário Araújo Trindade; MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS não teve indicação; SIPIA (Sistema de Informação para Infância e Adolescência): titular Eleusa e suplente Cristiane Isabel; SUBREGISTRO CIVIL: titular Andrea Paixão e suplente Laurinda Aparecida de Jesus; COMITÊ DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO: titular Maria das Graças Nunes e suplente Heraldo Santos Dutra; FORUM DE ABRIGOS: titular Renilde Maria Nassar suplente Cidlene Castro; FORUM dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA): titular Maria Thereza Fonseca e suplente Eleusa Andrade; CEDCA MG - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: titular Ana Carla Costa Rocha e suplente Regina Helena Cunha Mendes, e COMITÊ DA COPA: titular Márcia Cristina Alves e suplente Regina Helena Cunha Mendes. A mesa encaminhou a proposta de enviar ofício para os fóruns, informando os nomes dos representantes do CMDCA. Liziane esclarece os nomes dos conselheiros para representação externa foram definidos em reunião da mesa diretora ampliada mensal, e buscou-se atender a solicitação de substituição de alguns conselheiros. A conselheira Karina Alves solicita ficar com no FÓRUM DE ABRIGOS no lugar da conselheira Cidlene Castro e sua solicitação foi atendida. Passando ao 4º PONTO: Processo, análise e efetivação de propostas do FMDCA - Márcia Cristina apresenta proposta dos processos, linhas de ação para programas e projetos de Entidades Governamentais e Não Governamentais. A presidente explica que para as Entidades da Soc. Civil o CMDCA abrirá editais de acordo com as linhas aprovadas no CMDCA e que os programas governamentais serão inscritos e analisados ao mesmo tempo pela CREIMP e Comissão de Fundo. Márcia apresenta o cronograma do processo e a proposta de dividir os valores disponíveis em 50% para projetos de Entidades da Sociedade Civil e 50% para Governamentais. Abertas as discussões, a Promotora de Justiça, Dra. Maria de Lurdes questiona se haverá uma resolução do que foi apresentado. A promotora questiona ainda estão contemplados os 10% do Acolhimento sob a forma de guarda e se os programas governamentais usarão o recurso do fundo de forma suplementar. Márcia buscou seguir as resoluções do CMDCA e diz que os programas governamentais serão inscritos. A conselheira Cidlene Castro comenta ser importante ressaltar nesse momento que este recurso vem de multas e captação das Entidades ao longo dos anos e diz ser importante o comprometimento de o governo também captar e ampliar as destinações ao fundo. Cidlene chama a atenção quanto à inscrição dos programas governamentais junto com apresentação de projeto para recurso do fundo e que as comissões precisam ter bem definido que um programa é ação continuada e envolve demonstração de outro recurso além do Fundo. A conselheira Maria Thereza comenta que com essa proposta vê também a possibilidade de que todos os programas governamentais passem por monitoramento e diz que a Comissão de Fundo propõe monitorar o OCA de forma qualitativa. A promotora Maria de Lurdes reforça as questões apresentada pela conselheira Cidlene e diz que os maiores captadores devem ser o

governo e o CMDCA e que essa cultura precisa ser difundida, e que é necessário entender que se trata de aplicação do recurso do Fundo. A Promotora comenta que essa iniciativa do CMDCA provoca a necessidade de ainda mais incidir no Orçamento Público e defende que o Acolhimento Institucional precisa de maior qualificação. A presidente diz que captação é uma política e há entidades que têm propostas interessantes, que o CMDCA busca meios para melhor captar recurso e tem provocado o Município para maior investimento no Fundo através do ROT. Márcia Cristina comenta que o CMDCA convocou as entidades para formação sobre fundo e orçamento, através da ESAF, mas não houve resposta de interessados em fazer o curso. Dr. Ananias diz que há equívocos em dividir o orçamento, 50% entre Sociedade Civil e Governo, e que há áreas governamentais que têm recursos assegurados e recurso de captação própria. Comenta ainda que a receita do fundo vem de diversos elementos e que existe a obrigação de construir a receita de fundo pelo governo. Márcia concorda que é necessário definir percentuais dos recursos do Fundo. A conselheira Elizabeth Leitão fala que o OCA é um demonstrativo de todo investimento na área da criança, e o fundo é uma captação por excelência da Sociedade Civil. Os processos são restritivos, é preciso ter uma coordenação da área da criança para ter uma execução que saia do papel. Diz que sempre foi militante da área da criança e que está no CMDCA para somar. Ela pergunta se este Conselho a acolhe. Márcia diz que o Governo não delibera sobre a sociedade civil, mas que ela pode se sentir acolhida. Liziane também reforça que a entidade define sua representante e que cabe à entidade defender o seu papel dentro dos espaços onde estiver. A presidente Márcia conclui a discussão encaminhando que na próxima Plenária sejam apresentadas estas propostas através de uma resolução considerando as colaborações da discussão. O conselheiro Adriano Dias diz que a Fundação de Cultura tem projetos que investem não só em profissionais, mas visam todo o público e comunidades e questiona o porquê de não se investir em projetos inovadores. 5º PONTO: Matéria da Comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos - A conselheira Maria Thereza apresenta o detalhamento do PPAG 2014/2017, orçamento do FMDCA, nos itens referentes às metas físicas, metas orçamentárias, e natureza de despesa. A conselheira Maria do Rosário questiona ação sobre medidas socioeducativas no regime de semiliberdade e ação/serviço prestados na internação. O quorum diminui, passando a 15 (quinze) conselheiros votantes. Em votação a proposta da comissão é aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis. Maria Thereza comunica que a alteração do valor destinação da Fundação Itaú, passando para R\$ 99.855,92 (Noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), sendo que o total destinado pela Fundação Itaú Social ao CMDCA em 2013 foi de R\$ 124.819,90, dos quais 20% são direcionados à universalidade. 6º PONTO: A conselheira e coordenadora da CREIMP, Elida Eliza, apresenta o parecer da comissão de deferimento para o novo registro e inscrição de programa para as entidades Convenção Batista Mineira e Organização Toque de Arte. Em votação o parecer foi aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. A comissão apresenta ainda parecer pelo deferimento da renovação de registro e programas da Associação Nossa Senhora das Dores, CEAME, Abrigo Jesus, Esporte Visão da Vida, Severino Balesteros, Escolinha Evangélica de Educação Infantil e Rede Cidadã. Em votação o parecer é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. O parecer pelo indeferimento da Entidade "JOCUM" é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. O quorum diminui para 14 (quatorze) conselheiros votantes. 7º PONTO: A conselheira Liziane apresenta a indicação de suspensão da função de conselheiro das entidades Associação Unificada de Recuperação e Apoio-AURA e Instituto Ajudar no Conselho das entidades, por motivo de faltas consecutivas nas plenárias e reuniões. As faltas foram devidamente apuradas pela Secretaria Executiva e um relatório foi encaminhado à Mesa Diretora para providências. De acordo com o Advogado Marcelo Caldeira, o encaminhamento atende ao Regimento Interno do CMDCA e será aberto processo administrativo no CMDCA. Em votação o a suspensão da função de conselheiro das entidades Associação Unificada de Recuperação e Apoio-AURA e Instituto Ajudar é aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. Após, a presidente agradece a todos e encerra a sessão e nada mais havendo a tratar eu, Cidlene Castro de Souza, conselheira e secretária da mesa diretora do CMDCA, lavrei a presente ata com a colaboração de Roberta Catarina Magalhães, assistente administrativo do CMDCA. Esse documento deve ser aprovado em plenária.